

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

O Aparelho de Estado – organização e estrutura do Poder (legislativo, executivo e judiciário, incluindo os corpos de polícia e constrangimento e o aparelho administrativo) é um instrumento fundamental do exercício do poder.

Nas sociedades modernas o Estado e as demais Instituições estão sujeitas ao Direito expresso através da Lei.

A autoridade dos governantes é uma autoridade Constituída, que deriva da Constituição e esta da vontade dos cidadãos.

São os cidadãos que autorizam, através de um processo democrático, que poucos indivíduos comandem os mecanismos do Estado em benefício de todos. O Poder tem de subordinar-se aos ideais de Justiça Social e do bem comum nos Estados de Direito.

Não obstante a força das ideias democráticas, não se alterou muito a relação entre os que mandam e os que obedecem; entre os que dominam e os que são dominados; entre os poucos e os muitos, subsistem velhos processos de exercício do poder em benefício apenas de alguns.

Os governantes em regime democrático estão vinculados ao cumprimento de uma proposta de prestação de serviços (programa eleitoral) que fizeram ao soberano – o povo. Trata-se de uma autorização dada pelo sufrágio e não de um acto de submissão do soberano (povo) aos governantes.

Os governos e outros órgãos de soberania, representando embora o Estado, não representam a soberania e dependem da vontade popular.

Os governantes têm de ser remetidos a agentes do poder dos cidadãos, sem parcelas de poder pessoal ou personalizado, sem privilégios devidos ao exercício do poder. Quem ocupa o Aparelho de Estado e, sobretudo os governantes exercem as suas funções por delegação do soberano e em benefício da generalidade dos cidadãos e do bem comum. Se assim não for estamos perante o desvio, captura ou usurpação do Poder.

Ao Aparelho de Estado, incluindo o Aparelho Judiciário, são atribuídas pela Constituição e pelo Poder Político quatro tipos de funções:

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

1. Defesa externa por intermédio das FAs como primeiro recurso
2. Representação externa por intermédio do Corpo Diplomático e Consular
3. Constrangimento e segurança por intermédio das Forças de Segurança, sistema prisional e, em último caso, as FAs
4. Administração, através da máquina administrativa, pela qual assegura o desempenho de múltiplas tarefas e se faz sentir em todos os domínios da sociedade.

É na prestação de serviços à sociedade e aos cidadãos que o Estado e os seus funcionários, agentes ou servidores encontram a sua razão de ser e a sua legitimidade.

Convém desmistificar a ideia do Estado abstracto e autónomo, com vida própria, que os governantes usam como bode expiatório das suas falhas, ou para justificar políticas desviantes e abusos de poder, passam as culpas ao Estado ser abstracto, como se o Estado e os seus servidores fossem autónomos do Poder político e do Governo que efectivamente o comandam.

O Poder político usa o Aparelho Administrativo e os Corpos do Estado para executar as suas políticas que devem ser conformes à Constituição e prosseguir o interesse geral.

Existe uma cadeia de responsabilidade e autoridade hierárquica em todos os corpos do Estado e Aparelho Administrativo que permite a delegação de autoridade e funções, mas não a delegação da Responsabilidade, esta não se delega.

Na Europa o conceito de Administração Pública e serviço público está ligado a um conteúdo estatutário regido por normas jurídicas

Em Portugal os funcionários públicos regem-se por um estatuto onde consta:

*“No exercício das suas funções os funcionários e agentes do Estado estão exclusivamente ao serviço do interesse público, subordinados à Constituição e à Lei, devendo ter uma conduta responsável e ética, actuam*

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

*com justiça, imparcialidade e proporcionalidade, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.”*

A Administração não é apenas um simples instrumento do Poder Político, ainda que seja um instrumento essencial para a concretização das políticas do Governo..

Os conceitos de Administração Pública e Privada são bem diferentes: enquanto a Administração Privada visa fins lucrativos e rege-se na economia capitalista pelas regras do mercado, a Administração Pública visa o bem da comunidade, não se podendo avaliar em termos de ganhos e perdas.

Utilizar os critérios de avaliação da A. Privada para avaliar a A. Pública é um erro grosseiro que leva à subalternização do interesse público perante o interesse privado e à entrega de serviços públicos a interesse privados, originando um processo de feudalismo administrativo, isto é: privados a exercerem poder administrativo e a actuar no domínio do público, o que vem sucedendo cada vez mais em Portugal.

Na Função Pública e nos Corpos do Estado consolidaram-se as ideias de competência, de interesse geral e de imparcialidade, essenciais para a formação da deontologia profissional que os orienta nas relações com os cidadãos e o Poder Político.

Os funcionários públicos são na maior parte dos casos independentes dos partidos políticos e dos grupos de pressão, embora estejam sujeitos à sua acção e penetração, sobretudo nos postos mais elevados.

Num Estado de Direito o interesse geral tem de ser respeitado por cada um dos diferentes protagonistas, o que implica um controlo político democrático pelos cidadãos e um controlo jurisdicional através da verificação do cumprimento das leis aprovadas pelos representantes do Povo.

A Administração Pública não é um simples instrumento do Poder político, uma máquina neutra nos aspectos político e ideológico, recebe influência da sociedade em que se insere.

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

Há que salientar o papel nefasto do pessoal dos gabinetes e das diversas estruturas paralelas criadas ad-hoc, não só porque são escolas de educação política mais ou menos viciadas mas também pelo efeito de desmotivação e frustração que provocam no Aparelho Administrativo devido ao seu desconhecimento da cultura da organização, ao seu fraco saber técnico e à sua juventude, o que faz aumentar a irresponsabilidade nos serviços, rompe a normal cadeia de responsabilidade, é um sinal de degeneração administrativa.

Ao pretender substituir a Administração clássica por esta Administração paralela, sem vínculo nem cultura do Aparelho de Estado e dos seus valores, facilita a carreira dos membros dos gabinetes ministeriais e das diversas comissões; favorece interesses alheios ao interesse geral; degrada os serviços públicos e aumenta a desconfiança dos cidadãos do Poder; contribui para o desprestígio da função pública; facilita a corrupção.

A visão imediatista ou de curto prazo do Poder político beneficia interesses menos legítimos e tem efeitos muito negativos a médio e longo prazo sobre a sociedade, sendo igualmente danosa para os funcionários públicos e demais servidores do Estado.

A maioria dos sistemas políticos incorpora grupos de interesse. A interpenetração das elites dirigentes que transitam entre os sectores público e privado, da administração, da economia, das Entidades Reguladoras “Independentes” e do Aparelho de Estado criam uma certa osmose de interesses, esta promiscuidade é irmã da corrupção .

A pressão sobre o Poder Legislativo e o Aparelho de Estado varia com a estratégia e o poder financeiro dos grupos de interesse, a interpenetração dos funcionários públicos de topo com o poder político facilita os contactos e acessos.

A lógica da eficácia, rendimento e sucesso, passa a impregnar a Administração Pública levando-a a pôr em causa as suas missões, as suas estruturas e os seus métodos criando a ideia que a gestão privada é melhor, mais eficiente e eficaz.

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

A mentalidade empresarial é promovida pelo poder político, procura impor-se e substituir a mentalidade jurídica e de serviço, de actuação com respeito pelas normas e sobretudo com a ideia do dever da prestação de serviço à comunidade e aos cidadãos.

Esta mentalidade empresarial põe em causa a autoridade e responsabilidade do Aparelho Administrativo. A pretexto da flexibilidade ou da maior agilidade e rapidez de actuação gera-se o caos administrativo e o vazio de responsabilidade, o que convém a certos interesses que irão aproveitar isso para consolidar o seu poder, se possível através da feudalização do poder administrativo e da degradação do serviço público.

O poder financeiro, que é seguramente o que tem maior capacidade para condicionar o poder político, para além de controlar o poder económico, utiliza as debilidades e fraquezas dos partidos e da oligarquia política que os dirige, para os influenciar e por seu intermédio orientar as decisões do Governo e do Aparelho Administrativo da forma que mais lhe interessa.

A circulação dos políticos entre os lugares de poder do Estado, as Empresas Públicas, as Entidades Reguladoras e os lugares de Administração que o capital económico e financeiro lhes disponibiliza é por demais conhecido, existem variadíssimos exemplos no arco do poder, o caso BES é apenas um exemplo.

O Estado do regime democrático funciona por vezes como uma sociedade comercial, onde uma minoria tem a possibilidade de se apropriar do “capital político”.

A oligarquia política sai de uma elite produzida nos partidos que tem acesso ao poder, fazem carreira nos centros de decisão e influência, ascendem utilizando métodos e processos que dificilmente teriam sucesso noutra qualquer situação de competição com pessoas que se guiam por regras e princípios éticos aceites pela sociedade.

As oligarquias políticas sabem utilizar a inércia da “massa” com a colaboração das clientelas e do poder económico e financeiro, dominam

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

os processos eleitorais, reduzindo por vezes o direito de cidadania a uma ficção.

O Aparelho de Estado muda conforme a natureza do regime político. A mudança dos regimes políticos que ocorreram em Portugal desde a monarquia absoluta: Monarquia Constitucional Liberalismo 1820, República 1910, Ditadura militar e fascismo 1926, Democracia Representativa 1974, originou mudanças significativas nos Órgãos do Estado e no seu Aparelho.

É de notar que não por acaso Salazar baptizou de Estado Novo o regime plasmado na Constituição de 1933.

A libertação operada em 1974 desmantelou o Estado Corporativo de índole fascista e reconstruiu o Aparelho de Estado de um Estado Democrático, que veio a assumir funções de Estado Social, levantando e edificando um Aparelho Administrativo com esse fim.

Hoje assistimos: ao ataque ao Estado Republicano de matriz social e ao seu parcial desmantelamento, com forte impulso dado por este Governo, isto é, à desorganização do Aparelho de Estado edificado no pós 25 de Abril e à sua substituição parcial por outras estruturas e mecanismos.

Que factos nos levam a tal afirmação?

- ⇒ Forte hostilidade do Governo aos funcionários públicos no seu conjunto
- ⇒ Enorme crescimento dos Gabinetes Ministeriais e das verbas para contratar serviços e pareceres no exterior
- ⇒ Sucessivas reorganizações e reformas do Aparelho de Estado e da Função Pública
- ⇒ Substituição de dirigentes segundo a conveniência dos governantes e por pessoas de fora da Função pública
- ⇒ Irresponsabilidade dos membros do Governo como elementos de topo do Aparelho Administrativo, falta de idoneidade para as funções

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
**A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático**  
**Republicano**  
**(Martins Guerreiro)**

- ⇒ Multiplicação das comissões temporárias, muitas delas criadas por Despacho Ministerial para desempenhar tarefas que cabem a órgãos e estruturas da Administração, definidas nos seus diplomas orgânicos.
- ⇒ Sucessiva criação de Entidades Reguladoras “Independentes”
- ⇒ Órgãos e estruturas de interesse público geridas pelo Direito Privado
- ⇒ Nomeação de gente sem as devidas competências e habilitações para o desempenho de funções de gestão das Empresas Públicas ou para aconselhamento técnico/político
- ⇒ Propaganda sistemática pelo Poder de que os gestores privados e a gestão das empresas privadas é melhor e mais eficiente do que a gestão das empresas públicas.
- ⇒ Venda das empresas e de serviços públicos estratégicos

O objectivo é a redução do Estado a um Estado mínimo e o empobrecimento da sociedade portuguesa e da generalidade dos cidadãos, justificando tudo isso com a dívida e a necessidade de uma política de austeridade cega.

Está em curso uma mudança de regime, a alteração e desarticulação do Aparelho de Estado é um dos seus instrumentos.

É urgente tomar consciência disso e dar-lhe a indispensável resposta política quanto antes. Por outro lado é fundamental desencadear uma resistência organizada no âmbito do Aparelho de Estado, impedindo as substituições ilegais de funções e a quebra sucessiva da cadeia de responsabilidade.

Os actuais titulares de funções e detentores de responsabilidades no Aparelho de Estado não podem deixar-se substituir ilegal ou abusivamente no desempenho das suas funções e tarefas, ainda que por vezes isso possa ser cómodo.

Os danos produzidos pelo Poder são de enorme magnitude e gravidade.

Mesmo que por via eleitoral se consiga substituir este Governo, será extremamente difícil reconstituir a máquina do Estado, torná-la eficiente,

**O CAPITALISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO**  
A Destruição e Substituição do Aparelho de Estado Democrático  
Republicano  
(Martins Guerreiro)

repor a cadeia de responsabilidade, dignificar a função pública, restituir-lhes a satisfação e o orgulho de prestar um serviço público aos seus concidadãos e ao País.

Seria inconcebível que o Poder Político atacasse o seu principal instrumento de actuação e os seus servidores se não estivesse animado por um projecto de destruição e substituição do Aparelho existente, se não pretendesse dar corpo a outro regime político e a outro projecto de sociedade.

É isso que está em curso, por vezes de forma canhestra e com apoio de forças externas, ou melhor, seguindo as directivas de forças externas.

O projecto de Estado mínimo do neo-liberalismo não é apenas para Portugal, tenta avançar rapidamente nos países com maior fragilidade, menor nível de cultura cívica e Governos mais colaboracionistas dos mandantes do capital financeiro sem Pátria.

M. Guerreiro

24 Novembro 2014